

# Só PFL queria abstenção

Josemar Gonçalves

O plenário da Assembleia Nacional Constituinte afastou ontem o fantasma da crise institucional ao aprovar por 403 votos favoráveis, 13 contrários e 55 abstenções o projeto de Constituição em bloco, ressaltando os destaques apresentados. Todas as lideranças encaminharam voto favorável, à exceção do líder do PFL, José Lourenço, que exigiu abstenção da bancada apesar de votar contra o projeto. Ulysses, após a proclamação do resultado da votação, não se conteve e exclamou: "Graças a Deus e aos Constituintes". "Viva a Constituição".

Da tribuna, o líder do PFL alertou para a impossibilidade de corrigir o projeto de Constituição que, segundo ele, na hipótese de ser aprovado, "seria impossível negociar pontos e levar 280 votos para o plenário". O deputado José Lourenço disse possuir um documento elaborado pelo ministro da Previdência Social, Renato Archer, confirmando que os benefícios concedidos pela Constituinte representavam um acréscimo de 18% nas despesas da União, subindo para 25% do orçamento do Governo nos próximos anos. "Queremos um Estado democrático ou decretar o caos no País?", indagou o pefelista ao final do seu discurso.

## Hipocrisia

Mesmo criticando as anistias fiscal e aos microempresários o líder do PTB, Gastone Righi, pediu o voto sim à sua bancada. Em rápido pronunciamento, o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, apelou para que fosse aprovado o projeto, para ele, "a melhor resposta às intenções golpistas". Já o líder do

Josemar Gonçalves



Sant'Anna queria os DVS



Os constituintes progressistas comemoraram em plenário a aprovação do projeto em bloco

PCB, deputado Roberto Freire, defendeu o texto da futura Constituição, que na sua análise apresenta um significativo avanço no campo democrático. Por sua vez, o líder do PC do B, Haroldo Lima, afirmou que o seu partido, mesmo oferecendo restrições a alguns dispositivos embutidos no projeto, votaria favoravelmente.

O líder do PDS, deputado Amaral Netto, afirmou que não seria hipócrita em reconhecer que era o mais ferrenho crítico do projeto. Confessou votar contra a própria convocação da Assembleia, em 25 de novembro de 85. "Antes do sim para corrigir do que um não que não terá solução", disse Amaral encaminhando voto favorável ao projeto. O líder do PMDB., deputado Nelson Jobim, implorou voto sim ao projeto, afirmando que a sua aprovação significaria "honrar os trabalhos de um ano e meio de debates e entendimentos".

Revertendo sua posição inicial, o PT, em declaração de voto entregue à mesa, foi favorável ao projeto, mesmo discordando profundamente do texto. Para o PT, o projeto é conservador porque não resolve a questão da reforma agrária, não mexe na estrutura da propriedade, não altera o papel das Forças Armadas e não modifica a estrutura do poder.

## Votação separada não passa

Até poucos instantes do início da votação global do texto constitucional, os interlocutores do Palácio do Planalto tentaram, sem sucesso, evitar que a votação fosse realizada ontem. Sem a simpatia da maioria do plenário, eles encaminharam três questões de ordem à Mesa da Constituinte, exigindo mudanças no procedimento de votação que contrariavam os entendimentos de lideranças firmados na semana passada.

Depois do discurso do deputado Ulysses Guimarães, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) tentou convencê-lo de que a votação global do projeto feria o regimento interno. O argumento utilizado era o de que isso não fazia parte da "tradição brasileira", dando como exemplo as Assembleias Constituintes de 1934 e 1946. A exigência de Andrada, que tinha o apoio do deputado dos líderes do Governo, Carlos Sant'Anna, e do PFL, José Lourenço, era a de que o texto fosse aprovado por títulos.

Depois de uma contra-argumentação do líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), Ulysses Guimarães não teve dúvidas e provou regimentalmente que a argumen-

tação de Bonifácio de Andrada estava incorreta. Caso fosse adotado este sistema, explicou, «estaríamos abrindo brechas para um buraco negro» e, conseqüentemente, uma votação de terceiro turno. Esta última possibilidade, esclareceu o Presidente, «acabaria indo contra a Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Constituinte». Na emenda estão previstos apenas dois turnos de votação.

## DVS

A mesma questão de ordem foi formulada com outra sustentação pelo vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que sequer recebeu resposta da Mesa. A última tentativa dos governistas coube ao líder Carlos Sant'Anna, que mesmo prevendo a derrota insistiu em exigir o direito de apresentação de Destaques para Votação em Separado (DVS).

Apesar de argumentar que «isso foi permitido no primeiro turno» e, portanto, seria cabível no segundo, Sant'Anna não disse que artigo do regimento interno permitia a aplicação deste artifício, que remete o ônus dos 280 votos para quem deseja manter o texto como está. Firme, Ulysses Guimarães também não voltou atrás nessa decisão.

Josemar Gonçalves — 28.04.88



Carneiro (PMDB-DF) contra

## Apenas treze rejeitaram o texto básico

Ontem, na votação em segundo turno do Projeto de Constituição B, 87 constituintes estiveram ausentes do plenário. Abstiveram-se 55, entre eles, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que sempre se abstém de votar. Votaram sim, 403 constituintes e 13 ficaram contra. Eis os nomes dos constituintes que disseram «não» ao Projeto:

Ângelo Magalhães (PFL-BA)  
Francisco Carneiro (PMDB-DF)  
Gilson Machado (PFL-PE)  
Irapuan Costa Jr. (PMDB-GO)  
José Lourenço (PFL-BA)  
Levy Dias (PFL-MS)  
Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA)  
Paes Landim (PFL-PI)  
Pedro Ceolin (PFL-ES)  
Ricardo Fiúza (PFL-PE)  
Rita Furtado (PFL-RO)  
Roberto Campos (PDS-MT)  
Vieira da Silva (PDS-MA)